

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLÓGICAS - IPÊ**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**  
**E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

## SUMÁRIO

Relatório do Auditor Independente .....	3-6
Balanço Patrimonial .....	7-8
Demonstração do Resultado .....	9
Demonstração do Resultado Abrangente .....	10
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido .....	11
Demonstração dos Fluxos de Caixa .....	12
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	
1. Contexto operacional .....	13
2. Base de preparação .....	13
3. Base de mensuração .....	14
4. Moeda funcional e moeda de apresentação .....	14
5. Estimativas e julgamentos .....	14
6. Resumo das principais práticas contábeis .....	14
7. Reapresentação das demonstrações financeiras comparativas .....	20
8. Caixa e equivalentes de caixa .....	23
9. Contas a receber .....	24
10. Aplicações financeiras .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
11. Partes relacionadas .....	24
12. Ativo imobilizado .....	25
13. Fornecedores .....	26
14. Obrigações sociais e trabalhistas .....	26
15. Outras obrigações .....	266
16. Projetos a executar .....	27
17. Patrimônio líquido .....	277
18. Receita operacional líquida .....	288
19. Custos e despesas por natureza .....	29
20. Resultado financeiro .....	30
21. Contingências .....	30
22. Gerenciamento de risco financeiro .....	30
23. Seguros (não auditado) .....	322

## ***Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras***

Aos

Aos Administradores, Diretores e Conselheiros do

***Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ***

Campinas - SP

### ***Opinião***

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPÊ (“Instituto”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com a Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) – “Entidades sem Finalidade de Lucros”, que regulamenta a contabilidade das entidades sem fins lucrativos.

### ***Base para opinião***

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Em conformidade com tais normas, nossas responsabilidades estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Outros assuntos**

### ***Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior***

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com opinião sem ressalvas em 12 de abril de 2018.

### ***Reapresentação das demonstrações comparativas***

Conforme descrito na nota 7, as demonstrações financeiras apresentados para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas como previsto na NBC TG 23, ou CPC 23 (Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro), em decorrência da (1) reclassificação das contas de patrimônio líquido, (2) reconhecimento da receita financeira dos fundos patrimoniais no superávit do exercício, ao invés de considerá-los diretamente no patrimônio líquido, (3) exclusão do efeito dos ajustes de exercícios anteriores na demonstração do resultado abrangente e (4) a apresentação do efeito dos ajustes de exercícios anteriores nas devidas contas contábeis, apresentadas originalmente antes dos ajustes descritos na nota 7. O exame das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, preparadas originalmente antes dos ajustes acima mencionados, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria em 12 de abril de 2018. Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, examinamos os ajustes nos valores correspondentes em 31 de dezembro de 2017, que em nossa opinião são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre essas informações financeiras tomadas em conjunto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### ***Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras***

A administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com a Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) – “Entidades sem Finalidade de Lucros”, que regulamenta a contabilidade das entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da

capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### ***Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras***

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 18 de junho de 2019

Mazars Auditores Independentes  
CRC 2SP023701/O-8



Paulo Alexandre Misse  
Contador | CRC 1SP268349/O-5

## Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ

Balço patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

---

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b> <b>(Reapresentado)</b>
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	8	21.569	16.103
Contas a receber	9	49.832	15.773
Adiantamentos		53	8
Estoques		21	24
Empréstimos a receber		35	82
		<b>71.510</b>	<b>31.990</b>
<b>Não circulante</b>			
Aplicações financeiras	10	16.894	15.159
Imobilizado	12	3.040	3.176
Intangível		11	-
		<b>19.945</b>	<b>18.335</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>91.455</b>	<b>50.325</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ

Balço patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

<i>Passivo e patrimônio social</i>	<i>Nota</i>	<i>2018</i>	<i>2017</i> <i>(Reapresentado)</i>
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	13	130	54
Obrigações trabalhistas	14	164	92
Obrigações tributárias		9	11
Outras contas a pagar	15	138	773
		<b>441</b>	<b>930</b>
<b>Não circulante</b>			
Projetos em execução		-	781
Projetos a executar	16	67.810	28.316
		<b>67.810</b>	<b>29.097</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Fundos patrimoniais	17	10.200	10.200
Patrimônio social		13.004	10.098
		<b>23.204</b>	<b>20.298</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>91.455</b>	<b>50.325</b>



## **Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ**

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u> <i>(Reapresentado)</i>
<b>Receita operacional líquida</b>	12.797	10.246
Custos com projetos a executar	(7.417)	(3.394)
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(45)	(29)
	<u>5.335</u>	<u>6.823</u>
<b>Despesas operacionais</b>		
Gerais e administrativas	(5.557)	(6.066)
	<u>(5.557)</u>	<u>(6.066)</u>
<b>Superávit (déficit) antes do resultado financeiro</b>	<u>(222)</u>	<u>757</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>		
Receitas financeiras	3.565	2.099
Despesas financeiras	(437)	(638)
	<u>3.128</u>	<u>1.461</u>
<b>Superávit do exercício</b>	<u><u>2.906</u></u>	<u><u>2.218</u></u>

## **Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ**

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

---

	<u>2018</u>	<u>2017</u> <u>(Reapresentado)</u>
<b>Superávit do período</b>	<b>2.906</b>	<b>2.218</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b><u>2.906</u></b>	<b><u>2.218</u></b>

## ***Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ***

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

---

	<b><i>Fundos Patrimoniais</i></b>	<b><i>Patrimônio social</i></b>	<b><i>Patrimônio líquido</i></b>
<b><i>Saldos em 31 de dezembro de 2016 (reapresentado)</i></b>	<b>10.200</b>	<b>7.880</b>	<b>18.080</b>
Superávit do exercício	-	2.218	2.218
			-
<b><i>Saldos em 31 de dezembro de 2017 (reapresentado)</i></b>	<b>10.200</b>	<b>10.098</b>	<b>20.298</b>
Superávit do exercício	-	2.906	2.906
			-
<b><i>Saldos em 31 de dezembro de 2018</i></b>	<b>10.200</b>	<b>13.004</b>	<b>23.204</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u> <u>(Reapresentado)</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Superávit líquido do exercício</b>	<b>2.906</b>	<b>2.218</b>
Depreciação e amortização	380	174
<b>(Aumento) redução nos ativos</b>		
Contas a receber	(35.046)	(13.367)
Estoques	3	(11)
Outros créditos	2	431
<b>Aumento (redução) nos passivos</b>		
Fornecedores	76	(64)
Obrigações fiscais	(2)	2
Outras obrigações	(635)	688
Obrigações trabalhistas	72	(5)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>(32.244)</b>	<b>(9.934)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Projetos em execução	(781)	(712)
Projetos a executar	40.481	21.905
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento</b>	<b>39.700</b>	<b>21.193</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Ativo imobilizado	(244)	(2.354)
Ativo intangível	(11)	-
Aplicações Financeiras	(1.735)	(653)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>	<b>(1.990)</b>	<b>(3.007)</b>
<b>Aumento em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>5.466</b>	<b>8.252</b>
Caixa e equivalentes no início do exercício	16.103	7.851
Caixa e equivalentes no final do exercício	21.569	16.103
<b>Aumento em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>5.466</b>	<b>8.252</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **1. Contexto operacional**

O IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas (“Instituto”), criado em 1992, é uma sociedade civil de caráter filantrópico sem fins lucrativos, com o objetivo essencialmente de conservação da biodiversidade em bases científicas, atuando em pesquisas, formação de profissionais, educação ambiental e programas de geração de renda e negócios sustentáveis que ampliem a responsabilidade socioambiental de comunidades, empresários e formadores de opinião.

O Instituto está domiciliado no Brasil, com sua sede social localizada no Km 47,5 da Rodovia Dom Pedro I, na cidade de Nazaré Paulista/ SP.

### **▪ Renovação do certificado de OSCIP**

O Instituto é qualificado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), por despacho da Secretaria Nacional da Justiça, datado em 28 de junho de 2008, de acordo com a lei nº 9.790/99, 13019 de 31 de julho de 2014, e teve sua condição de OSCIP (por aquele órgão até 31 de julho de 2009). O atual certificado de qualificação como Organização Social de Interesse Público do Instituto é permanente conforme Portaria 362/2016 e pode ser consultado por meio do site do Ministério da Justiça.

### **▪ Renovação de certificado de Entidade Ambientalista**

O Instituto renovou seu certificado de entidade ambientalista, para fins do Decreto nº 46.655/02, para o exercício de 2018/2019, com validade 12/09/2019.

O Instituto goza da isenção de tributação do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit, por se tratar se de uma entidade sem fins lucrativos. Todavia, contribui com o imposto de renda incidente sobre os ganhos em aplicações financeiras, mediante retenção por parte das instituições financeiras onde as aplicações são realizadas, bem como o recolhimento de obrigações previdenciárias (INSS cota patronal) e PIS sobre a folha de pagamento.

## **2. Base de preparação**

### **▪ Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem fins lucrativos, considerando a Interpretação Técnica Geral ITG 2002, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/2012, bem como pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras referentes a exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pela Administração em 18 de junho de 2019.

**3. Base de mensuração**

As demonstrações contábeis, foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

**4. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo.

**5. Estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as normas brasileiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem eventualmente divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis, estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando aplicáveis.

▪ **Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 16 - Projetos a Executar

Nota 21 - Contingências

**6. Resumo das principais práticas contábeis**

**a. Apuração do superávit/ déficit e reconhecimento das receitas e despesas de recursos vinculados**

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

## **Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

---

As receitas financeiras são reconhecidas por meio das aplicações financeiras do, as quais são tributadas pelo Imposto de Renda por serem consideradas renda fixa, segundo a Lei nº 9.532/1997, art. 15, parágrafo 2, a qual prevê que os impostos sobre a aplicação já são retidos pela fonte pagadora instituição financeira.

A receita de financiadores e doadores são provenientes de empresas privadas, fundações, governo, organizações nacionais e internacionais, destinadas ao cumprimento do objeto social do Instituto.

A receita com prestação de serviços é proveniente de cursos realizados pelo Instituto e também de pequenos serviços prestados pelo IPÊ.

A receita com vendas é decorrente da venda de produtos fabricados por empresas que promovem as causas defendidas pelo Instituto e que incluem a marca do IPÊ nos produtos como forma de divulgação dos trabalhos efetuados pelo Instituto.

A receita é revertida em caráter sem fins lucrativos e é reconhecida por meios de contribuições, doações, pela venda de produtos personalizados e pelos serviços prestados na área de educação ambiental, a fim de garantir a sustentabilidade do Instituto.

Recursos vinculados compreendem aos valores recebidos pelo Instituto e que somente poderão ser utilizados em propósitos específicos, conforme determinado em seus respectivos contratos. Esses recursos possuem como contrapartida a conta de projetos a executar. Os valores recebidos e empregados em projetos a executar originados de contratos com entidades públicas e privadas, são registrados da seguinte forma:

- **Recebimento dos recursos:** quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras e o crédito de projetos a executar no passivo circulante, conforme observado na NBC TG 07;
- **Consumo como despesa:** quando ocorrem os gastos dos projetos são reconhecidas as despesas correspondentes, sendo as despesas reconhecidas em contrapartida no passivo circulante, e o reconhecimento da receita é registrado a débito do passivo de projetos a executar e contrapartida no resultado do exercício em receita de contrato de gestão e receita incentivada, simultaneamente e pelo mesmo valor;
- **Rendimento de aplicações financeiras:** quando ocorre o rendimento de aplicações financeiras de recursos incentivados são reconhecidos a débito de caixa e equivalentes de caixa e a crédito de projetos a executar no passivo circulante.

**b. Moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional do Instituto pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

**c. Instrumentos financeiros**

▪ **Instrumentos financeiros não derivativos**

O instituto possui os seguintes ativos e passivos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fundos patrimoniais, empréstimos a receber, fornecedores e projetos a executar.

Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

O instituto baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelo Instituto nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais liquidadas, retiradas ou canceladas.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando o Instituto tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.



▪ **Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Instituto gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégias de investimentos documentadas pelo Instituto. Após reconhecimento inicial, os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

▪ **Derivativos**

O Instituto não possui operações com instrumentos financeiros não refletidas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018, assim como não realizou operações com derivativos financeiros (swap, contratos a termo, hedge, compromissos de compra ou venda de moeda estrangeira, contratos futuros ou opções, entre outros).

**d. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na liquidação das obrigações de curto prazo.

**e. Ativo imobilizado**

▪ **Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais, máquinas, equipamentos, mão de obra direta e indireta.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

▪ **Custos subsequentes**

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para o Grupo e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

▪ **Depreciação**

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

<i>Descrição</i>	<i>Vida Útil</i>
Móveis e utensílios	12 anos
Máquinas e equipamentos	15 anos
Embarcações	25 anos
Veículos	5 anos
Casas pré-fabricadas	25 anos
Equipamento de informática e comunicação	4 anos
Edificações	25 anos
Instalações	10 anos
Benfeitorias Imóveis	25 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. No exercício de 2018, não houve alteração nos métodos.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

**f. Intangível**

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

**g. Benefícios a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

**h. Redução ao valor recuperável "impairment"**

A Administração do Instituto revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão para "Redução ao valor recuperável", ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Administração do Instituto não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2018.

**i. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)**

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Instituto e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

**j. Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Instituto tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

**k. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas**

As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e serão obrigatórias para exercícios

## Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2019. Não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte do instituto e suas controlada direta e indiretas.

IFRS 16 - Leases - Com vigência em 1º de janeiro de 2019, essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). A administração do instituto analisou os impactos da adoção desta norma nas demonstrações financeiras e não identificou ajustes relevantes a serem realizados.

### 7. *Reapresentação das demonstrações financeiras comparativas*

#### *Correção de erros nas demonstrações financeiras comparativa*

O Instituto realizou algumas reclassificações e ajustes nas demonstrações financeiras comparativas para melhor apresentação, relacionados a (1) reclassificação das contas de patrimônio líquido, (2) reconhecimento da receita financeira dos fundos patrimoniais no superávit do exercício, ao invés de considerá-los diretamente no patrimônio líquido, (3) exclusão do efeito de ajuste de exercícios anteriores na demonstração do resultado abrangente, (4) apresentação do efeito dos ajustes de exercícios anteriores nas devidas contas contábeis, conforme descrito na nota 17 (c). Os efeitos destes ajustes e reclassificações nas demonstrações financeiras comparativas, estão detalhados abaixo:

	2017		2017
<i>Balanco patrimonial - Ativo</i>	<i>Originalmente apresentado</i>	<i>Ajustes</i>	<i>(Reapresentado)</i>
<i>Circulante</i>			
Contas a receber	15.778	(5)	15.773
Adiantamentos	55	(47)	8
Estoques	34	(10)	24
Despesas pagas antecipadamente	24	(24)	-
	<u>32.076</u>	<u>(86)</u>	<u>31.990</u>
<i>Não circulante</i>			
Imobilizado	3.172	4	3.176
	<u>18.331</u>	<u>4</u>	<u>18.335</u>
<i>Total do ativo</i>	<u>50.407</u>	<u>(82)</u>	<u>50.325</u>

# Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

<i>Balço patrimonial - Passivo e patrimônio líquido</i>	<b>2017</b> <b>Originalmente apresentado</b>	<b>Reclassificação</b>	<b>2017</b> <b>(Reapresentado)</b>
<b><i>Circulante</i></b>			
Fornecedores	60	(6)	54
Outras contas a pagar	792	(19)	773
	<b>955</b>	<b>(25)</b>	<b>930</b>
<b><i>Não circulante</i></b>			
Projetos a executar	29.370	(1.054)	28.316
	<b>30.151</b>	<b>(1.054)</b>	<b>29.097</b>
<b><i>Patrimônio líquido</i></b>			
Fundos patrimoniais	1.492	8.708	10.200
Patrimônio social	371	9.727	10.098
Fundo endowment	15.289	(15.289)	-
Ajuste de exercícios anteriores	1.106	(1.106)	-
Ajuste de avaliação patrimonial	1.043	(1.043)	-
	<b>19.301</b>	<b>997</b>	<b>20.298</b>
<b><i>Total do passivo e patrimônio líquido</i></b>	<b>50.407</b>	<b>(82)</b>	<b>50.325</b>

<i>Demonstração do resultado</i>	<b>2017</b> <b>Originalmente apresentado</b>	<b>Ajuste</b>	<b>2017</b> <b>(Reapresentado)</b>
Custos com projetos a executar	(4.391)	997	(3.394)
	<b>(4.391)</b>	<b>997</b>	<b>(3.394)</b>
<b><i>Superávit (Déficit) antes do resultado financeiro</i></b>	<b>(240)</b>	<b>997</b>	<b>757</b>
<b><i>Resultado financeiro líquido</i></b>			
Receitas financeiras	1.249	850	2.099
	<b>611</b>	<b>850</b>	<b>1.461</b>
<b><i>Superávit do exercício</i></b>	<b>371</b>	<b>1.847</b>	<b>2.218</b>

# Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

	2017		2017
<i>Demonstração do resultado abrangente</i>	<i>Originalmente apresentado</i>	<i>Ajuste</i>	<i>(Reapresentado)</i>
<b>Superávit do período</b>	371	1.847	2.218
Ajuste de exercícios anteriores	849	(849)	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>1.220</b>	<b>998</b>	<b>2.218</b>
	2017		2017
<i>Demonstração das mutações do patrimônio líquido</i>	<i>Originalmente apresentado</i>	<i>Ajuste</i>	<i>(Reapresentado)</i>
Patrimônio social	1.492	6.388	7.880
Fundos Patrimoniais	15.289	(5.089)	10.200
Superávit (déficit) do exercício	371	1.847	2.218
Ajuste de exercícios anteriores	1.106	(1.106)	-
Ajuste de avaliação patrimonial	1.043	(1.043)	-
	<b>19.301</b>	<b>-</b>	<b>20.298</b>
	2017		2017
<i>Fluxos de caixa das atividades operacionais</i>	<i>Originalmente apresentado</i>	<i>Ajuste</i>	<i>(Reapresentado)</i>
Ajuste de exercícios anteriores	849	(849)	-
Reserva fundo	848	(848)	-
<b>(Aumento) redução nos ativos</b>			
Contas a receber	(14.216)	849	(13.367)
Outros créditos	430	1	431
<b>Aumento (redução) nos passivos</b>			
Fornecedores	63	(127)	(64)
Obrigações fiscais	(3)	5	2
Obrigações trabalhistas	(4)	(1)	(5)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>(10.811)</b>	<b>(119)</b>	<b>(10.930)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Projetos a executar	22.902	(997)	21.905
Repasso e ajuste contratos	(6.135)	6.135	-
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento</b>	<b>16.055</b>	<b>5.138</b>	<b>21.193</b>

## Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

### **Fluxo de caixa das atividades de investimento**

Ativo imobilizado	2.288	(4.642)	(2.354)
Aplicação financeira	719	(1.373)	(654)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>	<b>3.007</b>	<b>(6.015)</b>	<b>(3.008)</b>

### **8. Caixa e equivalentes de caixa**

	<b>2018</b>	<b>2017</b> <b>(Reapresentado)</b>
Caixa	1	1
<b>Bancos conta movimento</b>		
Recursos sem restrição - IPÊ	167	112
Recursos com restrição - Projetos a executar	12.356	10.705
Recursos com restrição - Projetos em execução	16	9
	<b>12.539</b>	<b>10.826</b>
<b>Aplicações financeiras</b>		
Recursos sem restrição - IPÊ (*)	5.882	549
Recursos com restrição - Projetos a executar	2.979	4.688
Recursos com restrição - Projetos em execução	168	39
	<b>9.029</b>	<b>5.276</b>
	<b>21.569</b>	<b>16.103</b>

As aplicações financeiras são remuneradas às taxas que variam entre 100% e 107% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (100% e 107% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 2018).

\* A conta Tribanco, se tratar de um fundo de reserva e foi criada com o objetivo de dar suporte financeiro para eventuais eventos futuros incertos. Foi constituído em parte com repasses de projetos e em parte com recursos livres doados para a manutenção da instituição ao longo dos últimos anos. Ao contrário do fundo endowment não tem utilização restrita.

## Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

### 9. Contas a receber

	<u>2018</u>	<u>2017</u> <i>(Reapresentado)</i>
Projetos a executar (*)	49.736	14.945
Clientes diversos - serviços	43	19
Doações a receber	53	28
Projetos em execução	-	780
Clientes diversos - produtos	-	1
	<u>49.832</u>	<u>15.773</u>

(\*) O saldo de projetos a executar representa os recursos vinculados em contratos de parceiros/patrocinadores, ainda não recebidos. Essa vinculação representa a destinação exclusiva dos projetos, apresentadas na Demonstração de Resultado do Exercício.

### 10. Aplicações financeiras

	<u>2018</u>	<u>2017</u> <i>(Reapresentado)</i>
<b>Recursos vinculados</b>		
Tribanco S.A.	3.670	3.541
Endowment Itaú Unibanco S.A.	13.224	11.618
	<u>16.894</u>	<u>15.159</u>

A conta Itaú Unibanco (IKOPORAN) tem utilização restrita do principal, sob aprovação do Conselho de Investimento e Fiscalização do Fundo, que é formado por representantes dos doadores de recursos para formação do Endowment e um representante do IPÊ. A transferência dos rendimentos auferidos do Fundo é anual.

### 11. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o Instituto não mantinha saldos oriundos de transações e/ou serviços contratados de partes relacionadas.

- **Remuneração de administradores**

A administradora do Instituto, Suzana Pádua, que ocupa o cargo de Diretora Presidente, não possui remuneração.



## Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

### 12. Ativo imobilizado

#### a. Composição do ativo imobilizado líquido contábil

				2018	2017
	% - Taxas de depreciação/amortização	Custo	Depreciação/amortização acumulada	Saldo Líquido em 2018	Saldo Líquido (Reapresentado)
Edificações	4%	716	(31)	685	713
Veículos	20%	639	(168)	471	590
Embarcações	4%	410	(26)	384	408
Equipamentos de informática	25%	230	(72)	158	168
Móveis e utensílios	8%	152	(20)	132	126
Máquinas e equipamentos	7%	489	(63)	426	428
Equipamentos científicos	7%	16	(1)	15	-
Casas pré-fabricadas	4%	47	(5)	42	47
Instalações	10%	15	(1)	14	-
Benfeitorias Imóveis	4%	17	-	17	-
		<b>2.731</b>	<b>(387)</b>	<b>2.344</b>	<b>2.480</b>
Terrenos	-	696	-	696	696
		<b>3.427</b>	<b>(387)</b>	<b>3.040</b>	<b>3.176</b>

#### b. Movimentação do custo e da depreciação acumulada

	Saldos em 31/12/2017	Adições	Baixas	Depreciação	Saldos em 31/12/2018
Edificações	713	5	-	(33)	685
Veículos	590	36	-	(155)	471
Embarcações	408	-	-	(24)	384
Equipamentos de informática	168	72	(15)	(67)	158
Móveis e utensílios	126	26	(2)	(18)	132
Máquinas e equipamentos	428	57	-	(59)	426
Equipamentos científicos	-	16	-	(1)	15
Casas pré-fabricadas	47	-	-	(5)	42
Instalações	-	15	-	(1)	14
Benfeitoria Imóveis	-	17	-	-	17
Terrenos	696	-	-	-	696
	<b>3.176</b>	<b>244</b>	<b>(17)</b>	<b>(363)</b>	<b>3.040</b>

## Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

	<u>Saldos em 31/12/2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Saldos em 31/12/2017</u>
Edificações	-	715	-	(2)	713
Veículos	46	757	(57)	(157)	589
Embarcações	44	367	-	(3)	408
Equipamentos de informática	110	63	-	(5)	168
Móveis e utensílios	20	109	-	(3)	126
Máquinas e equipamentos	374	58	-	(4)	428
Casas pré-fabricadas	52	-	(5)	-	47
Terrenos	412	285	-	-	697
	<u>1.058</u>	<u>2.354</u>	<u>(62)</u>	<u>(174)</u>	<u>3.176</u>

### 13. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da rubrica contábil de Fornecedores era composto por gastos com fornecedores nacionais, principalmente, de materiais de escritório, limpeza e alimentos, bem como a contratação de prestadores de serviços.

	<u>2018</u>	<u>2017 (Reapresentado)</u>
Fornecedores a pagar	130	54
	<u>130</u>	<u>54</u>

### 14. Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>2018</u>	<u>2017 (Reapresentado)</u>
Provisão de férias e encargos sociais	73	57
Salários e ordenados e encargos	85	32
IRRF sobre folha de pagamento	4	2
PIS sobre folha de pagamento	1	1
Contribuições sindicais a pagar	1	-
	<u>164</u>	<u>92</u>

### 15. Outras obrigações

	<u>2018</u>	<u>2017 (Reapresentado)</u>
Compra de imóvel	-	750
Adiantamentos	138	23
	<u>138</u>	<u>773</u>

## **Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

### **16. Projetos a executar**

O saldo de projetos a executar representa os recursos vinculados recebidos de parceiros/patrocinadores, ainda não utilizados. Essa vinculação representa a destinação exclusiva das despesas apresentadas na Demonstração de Resultado do Exercício dos projetos e amortizados como repasse de recursos na DRE.

	<b>2018</b>	<b>2017</b> <b>(Reapresentado)</b>
Lira BNDS	45.000	-
Lira Moore	15.997	18.149
Onça do alto Paraná – Projeto Gestão Uc’s	1.921	4.141
Monitoramento Participativo da Biodiversidade (Usaid)	1.735	2.139
Detetives ecológicos	1.565	568
Petrobras II	1.052	1.714
Monitoramento Participativo da Biodiversidade (Moore)	755	-
Caterpillar	464	-
Natura II	283	396
EA Disney	13	-
Nascentes verdes	7	16
EA WWF	5	13
We Forest	-	1.172
Sistemas Agroflorestais	-	3
Outros projetos	-	5
	<b>68.797</b>	<b>28.316</b>

### **17. Patrimônio líquido**

#### **a. Patrimônio social**

O superávit do período é incorporado ao patrimônio social, conforme Resolução CFC N.º 1.409/12 que aprovou Interpretação ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros.

#### **b. Ajustes de exercícios anteriores**

Conforme Lei 6.404, artigo 186, fora escriturado no patrimônio líquido, conta ajustes de exercícios anteriores os saldos decorrentes de efeitos provocados por erro imputável a exercícios anteriores.

## Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

Apresentamos a seguir, os ajustes de exercícios anteriores registrados em 2018:

<u>Conta:</u>	<u>Ajsutes:</u>	<u>Descrição:</u>
<b>Contas ativo</b>	<b>(82)</b>	
Depreciação de edificações	(5)	
Créditos a receber (doações - valores em cobrança)	5	
Transferência rateios ativos	34	
Fundo fixo	1	
Adiantamento a fornecedores	47	
<b>Contas passivo</b>	<b>1.078</b>	
Adiantamento a clientes	19	
Projetos a executar = contas do passivo	1.054	Correção devido a erro no reconhecimento do saldo de projetos.
Fornecedores a pagar	<u>6</u>	
	<u><b>997</b></u>	

O efeito dos ajustes de exercícios anteriores foi corrigido nas demonstrações financeiras comparativas, conforme detalhado acima.

### c. Fundos Patrimoniais

Refere-se ao valor original dos Fundos Patrimoniais mantidos em aplicações financeiras.

### 18. Receita operacional líquida

	<u>2018</u>	<u>2017</u> <u>(Reapresentado)</u>
Financiadores e doadores	4.135	8.492
Repasse Projetos a Executar	7.417	-
Prestadores de serviços	1.249	1.803
Vendas	69	60
Tributos sobre serviços e vendas	(73)	(109)
	<u><b>12.797</b></u>	<u><b>10.246</b></u>

## Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

### 19. Custos e despesas por natureza

	<u>2018</u>	<u>2017</u> <i>(Reapresentado)</i>
Custo de projetos	(6.039)	(2.459)
Serviços Profissionais	(3.117)	(2.916)
Custos operacionais	(1.378)	(935)
Despesas com pessoal	(1.060)	(1.079)
Depreciação e amortização	(363)	(174)
Passagem / transporte	(352)	(442)
Combustível	(140)	(126)
Hospedagem	(113)	(77)
Combustível / pedágio	(77)	(179)
Internet	(72)	(63)
Lanches e refeições	(56)	(155)
Custo do produto e serviço vendido	(45)	(29)
Telefone	(42)	(60)
Água / luz	(28)	(23)
Outras	(137)	(772)
	<u>(13.019)</u>	<u>(9.489)</u>
Custo do produto e serviço vendido	(7.462)	(3.423)
Despesas gerais, administrativas e com vendas	(5.557)	(6.066)
	<u>(13.019)</u>	<u>(9.489)</u>

## Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

### 20. Resultado financeiro

	<u>2018</u>	<u>2017</u> <i>(Reapresentado)</i>
<b>Receitas financeiras</b>		
Variação cambial	442	466
Juros sobre aplicações financeiras	3.554	2.268
Descontos obtidos	1	1
Juros e multas recebidos	5	2
	<u>4.002</u>	<u>2.737</u>
<b>Despesas financeiras</b>		
Tarifas bancárias	(69)	(56)
Juros	(1)	-
IRRF s/ aplicações financeiras	(52)	(69)
Multas e juros	(1)	(2)
Variação cambial	(314)	(511)
	<u>(437)</u>	<u>(638)</u>
	<u>3.565</u>	<u>2.099</u>

### 21. Contingências

A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Com base nos pareceres emitidos pelos assessores legais, não há qualquer processo administrativo ou judicial de natureza fiscal, trabalhista, cível ou ambiental expedido contra o Instituto que devesse ser provisionado.

### 22. Gerenciamento de risco financeiro

As políticas de gerenciamento de risco do Instituto são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados na execução dos projetos. São necessárias revisões periódicas nos planejamentos e orçamentos para execução de cada projeto, visando manter uma margem de erro zero quanto aos valores propostos e o executado. O Instituto, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento internos, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendem os seus papéis e obrigações

- **Risco de crédito**

O risco de crédito é o risco que surge da possibilidade de déficit resultante do não recebimento de valores contratados. O risco de crédito é reduzido em virtude de procedimentos de avaliação de contas-correntes e aplicações financeiras mantidas em instituições financeiras.

- **Contas a receber e outros recebíveis**

A exposição do Instituto a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, principalmente em relação à inadimplência.

- **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituição financeira, os quais possuem rating entre AA- e AA+, assim como as aplicações financeiras.

- **Risco de liquidez**

É o risco que o Instituto encontrará em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A gestão prudente do risco de liquidez implica em manter caixa, aplicações financeiras suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado.

- **Risco de taxas de juros**

Decorre da possibilidade de o Instituto sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, o Instituto busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pós-fixadas.

- **Risco operacional**

Risco operacional é o risco de déficits diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a execução de projetos e serviços prestados que podem estar relacionados aos fatores de composição das metas e planejamento como déficit de pessoal especializado, tecnologias envolvidas etc.

- **Administração de capital**

A Administração procura manter um equilíbrio entre risco, retorno e liquidez na gestão de aplicações financeiras de curto prazo estão atreladas a depósitos bancários, fundos de renda fixa e fundos de investimentos.

## ***Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ***

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

---

### ***23. Seguros (não auditado)***

A política do instituto é a de manter cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, que foram definidos por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido. As premissas de risco adotadas, por sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram revisadas por nossos auditores independentes.